



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD
MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO

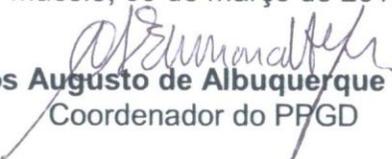


COMUNICADO nº 11/SELEÇÃO PPGD 2016 – 09 de março de 2016.

A Coordenação do Curso de Mestrado em Direito da UFAL comunica aos candidatos classificados para a fase de defesa dos projetos de pesquisa que:

01. As apresentações ocorrerão no dia 15/03/2016, **a partir das 08:30h**, horário no qual todos os candidatos devem estar presentes, pois no caso de falta ou atraso, o horário previsto para as defesas *poderá ser antecipado ou, se for o caso, a banca poderá ainda alterar a ordem de apresentação*, razão pela qual a tabela abaixo apresentada representa mera expectativa para organização dos trabalhos, na medida em que está sujeita à modificações para facilitar o andamento do processo seletivo. Dessa forma, **estão sujeitos à eliminação do processo seletivo** os candidatos que não estiverem presentes para atender a chamada para defesa;
02. A defesa dos candidatos da Linha de Pesquisa 1 ocorrerá no Miniauditório da FDA, enquanto a defesa dos candidatos das Linhas de Pesquisa 2 e 3 correrá na Sala 06 da Graduação da FDA. Por oportuno, devem os candidatos estar cientes de que **não existe nenhum recurso audiovisual (computadores, projetores, etc) para dar suporte às defesas**;
03. A relação de candidatos habilitados à fase de defesa dos projetos está disposta nas tabelas anexas nas páginas seguintes.

Maceió, 09 de março de 2016.


Prof. Dr. Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt Júnior
Coordenador do PPGD

Prof. Dr. Marcos Ehrhardt Jr
Coordenador PPGD / FDA / UFAL
Sispe 3497763



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD
MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO



HABILITADOS PARA DEFESA NO MINIAUDITÓRIO DA FDA

	CANDIDATO(A)	CPF	LINHA	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	INÍCIO DA DEFESA
01	JÉSSICA ALESSANDRA ARAÚJO FERREIRA LEÃO	085.291.464-41	01	AUTOS DE RESISTÊNCIA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE À LUZ DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	08:30h
02	GUILHERME EMANUEL LANZILLOTTI ALVARENGA	104.097.967-00	01	POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA	08:50h
03	BRUNO DE LIMA ACIOLI	077.079.154-96	01	O DIREITO AO ESQUECIMENTO E O LIVRE FLUXO DE INFORMAÇÕES NA INTERNET: RECONHECIMENTO, APLICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DESTES DIREITOS NO BRASIL	09:10h
04	GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES	078.625.577-35	01	O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E A SUA INCIDÊNCIA NOS BENS PÚBLICOS POR MEIO DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO E CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA	09:30h
05	JANAÍNA HELENA DE FREITAS	055.322.866-80	01	ONDE O ESTADO NÃO CHEGA: A ASSESSORIA POPULAR COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO E DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM SOCIEDADES PERIFÉRICAS	09:50h
06	JÉSSICA ANTUNES FIGUEIREDO	090.540.974-42	01	A IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE DE RESULTADOS NAS PARCERIAS ENTRE ESTADO E TERCEIRO SETOR E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: O DESAFIO DA FLEXIBILIZAÇÃO E ACCOUNTABILITY	10:10h
07	PAULA LAÍSE DE VASCONCELOS RIBEIRO	051.581.794-50	01	INTERNACIONLIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: A DIMENSÃO SOCIAL DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO E O NEOCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO	10:30h
08	DIOGO VIEIRA DA CUNHA DO AMARAL REIS	055.604.164-01	01	DA CRISE AMBIENTAL AO "ESVERDEAMENTO" DA LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E IMPLICAÇÕES NA MOBILIDADE URBANA DE MACEIÓ	10:50h
09	DANIEL ALLAN MIRANDA BORBA	052.172.504-61	01	A INCOMPATIBILIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DO TRABALHADOR MIGRANTE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM OS TRATADOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL	11:10h
10	MÁRCIO ROBERTO TORRES	011.641.914-89	01	PRAGMATISMO E DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: POSSIBILIDADES DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL NA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	11:30h
11	MARCIAL DUARTE COELHO	009.137.924-54	01	DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA E O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE: POSSÍVEIS IMBRICAÇÕES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	11:50h
12	NIGEL STEWART NEVES PATRIOTA MALTA	091.809.504-26	01	A INTERPRETAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA DOSIMETRIA DA PENA: ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA SOBRE A VALORAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DOS ANTECEDENTES	14:00h
13	ALEXANDRE CESAR DOS SANTOS	824.384.714-68	01	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA: DIREITO FUNDAMENTAL À JUSTA PERSECUÇÃO PENAL	14:20h
14	PAULO GUSTAVO LIMA E SILVA RODRIGUES	061.506.294-65	01	A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS IMPOSTAS PELO TRIBUNAL DO JÚRI EM FACE DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS	14:40h
15	JÉSSICA FERREIRA NUNES	075.603.604-67	01	DA FINALIDADE PROTETIVA DO DIREITO PENAL: ENTRE OS DIREITOS DAS VÍTIMAS E DOS CRIMINOSOS NA CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA SISTÊMICA-TELEOLÓGICA	15:00h
16	KARINNY GUEDES DE MELO VIEIRA	091.017.154-88	01	CEMITÉRIO DOS ESQUECIDOS: DA NOÇÃO DE PERICULOSIDADE COMO FUNDAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA DESINTERNÇÃO A PARTIR DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 527 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À LUZ DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	15:20h
17	DOUGLAS DE ASSIS BASTOS	056.339.474-95	01	TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO ALAGOANO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA CRIMINAL: ENTRE ALTERNATIVA PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS À EXPANSÃO DO SISTEMA PENAL	15:40h
18	AMANDA GABRIELA GOMES DE LIMA	053.906.764-40	01	FEMINICÍDIO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOB A PERSPECTIVA DAS CRIMINOLOGIAS FEMINISTAS	16:00h



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD
MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO

HABILITADOS PARA DEFESA NA SALA 06 DA GRADUAÇÃO DA FDA					
	CANDIDATO(A)	CPF	LINHA	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	INÍCIO DA DEFESA
01	GERALDO MAGELA FREITAS TENÓRIO FILHO	068.332.374-17	02	AS LICENÇAS CRATIVE COMMONS E O USO JUSTO DAS CRIAÇÕES NO ESPÍRITO COMO INSTRUMENTOS JURÍDICOS PROPULSORES DA NOVA PERSPECTIVAS AUTORAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DO MONOPÓLIO À EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	08:30h
02	GUSTAVO HENRIQUE GONÇALVES NOBRE	076.858.504-00	02	TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: BALIZAS PARA UMA CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL	08:50h
03	PAULA FALCÃO ALBUQUERQUE	039.172.434-74	02	ATOS DE CONCENTRAÇÃO MONOPOLIZADORES EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS – UMA ANÁLISE DA (IN)APLICABILIDADE DA <i>FAILING COMPANY DEFENSE</i> COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	09:10h
04	JOÃO BATISTA DE FRANÇA SILVA	013.593.194-09	02	FATO, PROVA E VERDADE: UMA ABORDAGEM SOB A PERSPECTIVA DA INCIDÊNCIA JURÍDICA	09:30h
05	VAGNER PAES CAVALCANTI FILHO	034.314.134-55	02	LIMITES CONSTITUCIONAIS À DEFINIÇÃO ESTATAL EM MATÉRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS: A LIVRE INICIATIVA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO VETORES CONSTITUCIONAIS	09:50h
06	DANILO MOURA LACERDA	037.963.924-66	02	O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA COMO LIMITE À AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA	10:10h
07	JOSÉ TENÓRIO NUNES FILHO	053.181.324-05	02	O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUA CONCRETIZAÇÃO NA FASE INTERNA DAS CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA: OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E LEGALIDADE; A ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO; E O MODELO ADMINISTRATIVO ORGANIZACIONAL	10:30h
08	LAILA SOARES CAVALCANTE	057.265.074-44	02	APLICABILIDADE DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES POLÍTICOS	10:50h
09	TALITA NUNES DE SOUZA BAÊTA	010.205.064-31	02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DE SUA EFICÁCIA SOCIAL NA BUSCA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS	11:10h
10	CECÍLIA MONTE XAVIER DE SOUZA	042.996.284-38	02	A LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E A SEGURANÇA JURÍDICA: A EXPECTATIVA DOS CONTRIBUINTES E O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO LEGÍTIMO	11:30h
11	FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA NETO	053.220.994-09	02	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE	11:50h
12	LUCAS TELES BENTES	075.695.684-60	02	OS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS CONCEDIDOS PELA LEI DO PRODESIN NO ESTADO DE ALAGOAS E O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO CONSTITUCIONAL	14:00h
13	GUSTAVO GUILHERME MAIA NOBRE SILVA	063.656.024-48	02	ARGUMENTOS CONSEQUENCIALISTAS NAS DECISÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS: REFLEXOS ECONÔMICOS NA FORMAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL FISCAL	14:20h
14	CAROLINA FRANCISCA CAVALCANTE	064.097.364-79	02	A PROBLEMÁTICA DOS MUNICÍPIOS INVIÁVEIS SOB A ÓTICA DO PACTO FEDERATIVO	14:40h
15	BRUNO OLIVEIRA DE PAULA BATISTA	008.232.784-09	03	A COISA JULGADA E A INEXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO RECONHECIDA NO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL FUNDADO EM LEI OU ATO NORMATIVO CONSIDERADO INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONFORME O NOVO CPC	15:00h
16	JADNEY FLÁVIO DE MELO ARAGÃO	939.988.804-53	03	OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO NA ADPF 54 E A REPERCUSSÃO SOBRE AS DEMAIS ÁREAS DO DIREITO	15:20h
17	LAÍS RAMOS BARBOZA	080.946.604-06	03	JURISDIÇÃO BRASILEIRA: A DOGMÁTICA JURÍDICA HERMENÊUTICA E A LEGITIMAÇÃO DA DECISÃO JURÍDICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO APÓS O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	15:40h